

MARXISMO E POSITIVISMO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Ana Claudia Rodrigues Russi¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal apresentar os fundamentos e aspectos gerais que caracterizam a concepção positivista e a materialista-histórica, através de uma análise comparativa entre ambas. Para isso, foi realizado um estudo bibliográfico, baseado nos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico, que abordou as principais obras que representam estas concepções. Observou-se que, elas apresentam compreensões diferentes sobre as relações sociais, a história e o ser humano o que culmina na defesa de projetos históricos opostos. Para Comte, a realidade social é composta por leis que se assemelham as leis da natureza, pois são leis imutáveis e invariáveis, cabendo ao ser humano apenas a possibilidade de conhecê-la, mas nunca de modificá-la. Para Marx, a realidade social também é composta por leis, mas para ele essas são leis históricas e sociais, ou seja, são construídas pelos homens ao longo de sua história e podem ser modificadas por eles. O projeto histórico defendido por Comte é o de conservação e desenvolvimento do capitalismo, enquanto que o projeto defendido por Marx baseia-se na superação do capitalismo e construção de uma nova sociedade, o comunismo. Conclui-se que, estas teorias representam posições de classe opostas que foram magistralmente elaboradas e que, por isso, devem ser estudadas e compreendidas a fundo.

Palavras-chave: positivismo; marxismo; ciência; projeto histórico.

¹ Mestre em Políticas e Gestão em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora de Educação Física formada pelo curso de Licenciatura Plena em Educação Física da UEM. Foi acadêmica bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET/Sesu) do Departamento de Educação Física, acadêmica bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID-Educação Física) e também foi bolsista do Projeto de Extensão Educação e Educação Física: Aproximações de Análise à Luz da Crítica da Economia Política (ESTE). Atualmente é estudante do curso de Doutorado em Políticas e Gestão em Educação pelo PPE da UEM. Também é Integrante do Projeto de Ensino Educação, Educação Física e Marxismo (EFEMARX/ESTE) e também do Projeto de Extensão Educação e Educação Física: Aproximações de Análise à Luz da Crítica da Economia Política (ESTE).

ABSTRACT

This article aims to present the fundamentals and general aspects that characterize the positivist and materialist-historical conception, through a comparative analysis between them. For this, we conducted a bibliographic study based on the theoretical and methodological assumptions of historical materialism, which addressed the major works that represent these conceptions. It was observed that they have different understandings of social relations, history and the human being which culminates in the defense of opposing historical projects. For Comte, the social reality consists of laws that resemble the laws of nature as they are immutable and invariable laws, being the human being only the chance to know her, but never change it. For Marx, the social reality is also composed of laws, but for him these are historical and social laws, or are built by men throughout history and can be modified by them. The historical project defended by Comte is the conservation and development of capitalism, while the project championed by Marx is based on the overcoming of capitalism and build a new society, communism. In conclusion, these theories represent opposing class positions that were masterfully prepared and, therefore, should be studied and understood the background.

Keywords: positivism; marxism; science; historical project.

INTRODUÇÃO

Neste breve texto, foi realizada uma análise comparativa entre duas concepções de ser e sociedade, ou seja, entre duas correntes filosóficas ou concepções teórico-metodológicas diferentes: a concepção materialista-histórica ou marxista e a concepção positivista.

Ambas as concepções surgem no século XIX, impulsionadas por intelectuais que ficaram conhecidos mundialmente. Karl Heinrich Marx (1818 – 1883) e Friedrich Engels (1820-1895) são os responsáveis pela instauração das bases teóricas do Materialismo-Histórico e Auguste Comte (1798 – 1857) pela idealização e instauração do Positivismo.

O Positivismo e o Materialismo-Histórico representam, basicamente, dois constructos teóricos diferentes que buscam representar, no plano do pensamento, a realidade, ou seja, são tentativas de explicação do que é o homem, o mundo e a sociedade. Estas concepções não são construções arbitrárias e puramente subjetivas, elas são produtos histórico-sociais e, para

compreendê-las, é preciso estar atento ao contexto em que surgiram, sua forma de desenvolvimento e também sua função social.

Sabe-se que, de acordo com Lukács (s/d), desde que o homem se tornou homem, através do salto ontológico, ele caracterizou-se como um ser teleológico, ou seja, um ser capaz de planejar, elaborar e buscar os meios para atingir uma finalidade pré-ideada. Juntamente com este ato primário do salto ontológico, o ato do trabalho, nasce uma consciência diferente da consciência epifenômenica dos outros animais, uma consciência teleológica. Isso permitiu ao homem criar conceitos e generalizá-los, elaborar signos, desvendar a realidade a sua volta e construir uma cultura histórica e social.

No entanto, esse ato de busca dos meios para atingir uma finalidade pré-ideada, característica do ato primário (o trabalho), é uma habilidade humana que se estendeu a todas as outras práxis sociais, adquirindo características diferentes em cada uma dessas práxis. Mas, o que precisa ser destacado é que, esse ato primário é o ato que traz em si a gênese da capacidade do homem de compreender e buscar explicações para a realidade, ou seja, a gênese da ciência. Sobre isso, Lukács (s/d, p. 11) adverte:

[...] a **busca dos objetos e processos naturais** que precede a posição da causalidade na criação dos meios é constituída essencialmente por **atos cognitivos reais**, ainda que não haja, no decorrer, consciência expressa, e deste modo traz em si o início, a **gênese da ciência** (grifos nossos).

Sendo assim, desde seu surgimento, o ser social busca compreender e explicar o mundo, a realidade e a si mesmo. Por isso, ao longo da sua história, os homens construíram explicações, representações e conceitos os mais variados possíveis. É importante salientar que, essas representações nunca são algo totalmente descolado da realidade material, elas (por mais distantes que pudessem estar da compreensão efetiva da realidade) sempre estiveram vinculadas a atividade e a realidade material do ser social. Nas palavras de Marx e Engels (2009, p. 51): “A produção de ideias, de representações e da consciência está, no princípio, diretamente vinculada à atividade material e o intercâmbio material dos homens”. Portanto, se a produção de ideias está vinculada a atividade material dos homens, então, o modo como os homens realizam a produção e reprodução material de sua vida influencia a formação da sua consciência e as formulações de suas ideias e representações.

É importante ressaltar que, a reprodução dessa atividade material, no modo de produção capitalista, está baseada na separação dos homens em duas classes sociais fundamentais: burguesia e proletariado. Sendo assim, a produção de ideias nesta sociedade é influenciada pelos interesses e aspirações destas classes. Por isso, a neutralidade, tão exigida pelos positivistas, não existe. As ações e ideias produzidas pelos seres sociais podem contribuir, direta ou indiretamente, para com os interesses da burguesia ou do proletariado, ou seja, com a conservação desta sociedade ou a sua superação, mesmo que eles não tenham consciência disso.

A compreensão sobre estas questões se faz necessária para o entendimento sobre o significado social que a perspectiva positivista e a materialista-histórica representam. Desse modo, pode-se observar que não se trata de um julgamento moral sobre aquilo que Marx e Comte defendiam, mas da compreensão do significado, finalidade e função social que estas teorias representam para a história da humanidade. Para alcançar essa compreensão, é preciso responder as seguintes questões: a quem essa teoria serve? Qual sua finalidade última? Para qual classe social ela será útil?

Buscou-se responder as essas questões a partir de um estudo bibliográfico, baseado nos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo-histórico. Foi realizada uma análise entre as duas perspectivas mencionadas, seus agentes, seus determinantes históricos e sua função social. Os resultados desta análise estão apresentados da seguinte forma: primeiramente, no item 1, abordou-se os aspectos e fundamentos centrais do Positivismo; na sequência, no item 2, foram apresentados os aspectos e fundamentos centrais do Materialismo-Histórico; em seguida, nas considerações finais, foi realizada uma comparação entre estes aspectos, abordando as diferenças essenciais entre estas concepções.

1. POSITIVISMO: UMA ABORDAGEM INTRODUTÓRIA

De acordo com Bergo (1983), o positivismo é uma concepção teórico-filosófica que ganha forma no século XIX, período em que a burguesia acaba de se instaurar enquanto classe dominante e assume o poder político e econômico da sociedade, através da Revolução Francesa. Segundo este autor, a concepção positivista foi uma das principais bases teóricas da burguesia nesse período.

De acordo com Andery (1988), o principal formulador e precursor desta teoria foi Auguste Comte. Filósofo francês, nascido em Montpellier (França), em 19 de janeiro de 1798, Comte ficou conhecido como o pai da Sociologia. Era de uma família pobre, por isso, não conseguiu concluir seus estudos na Escola Politécnica de Paris e no curso de Medicina em Montpellier, o que o forçou a percorrer seu caminho teórico por conta própria.

Comte sofreu influências decisivas dos filósofos modernos do século XVIII, tais como David Hume e Immanuel Kant. Além disso, foi fortemente influenciado pelo filósofo e Conde Henri de Saint-Simon, no período em que trabalhou como seu secretário. Comte foi um grande sintetizador de correntes intelectuais as mais diversas e utilizou-as na construção de sua perspectiva, adaptando-as a seu estilo pessoal (COMTE, 1996).

Além de todos estes fatores que influenciaram a vida e o pensamento de Comte, destaca-se um de maior importância: o contexto em que esse filósofo viveu. De acordo com Andery (1988, p. 379):

Comte vive na França num momento pós-revolucionário, quando a burguesia havia ascendido ao poder. Na primeira metade do século XIX, a luta pela manutenção do poder, por parte da burguesia, e pela sua tomada, por parte de uma crescente classe de trabalhadores, desencadeia não apenas uma série de convulsões sociais e políticas, mas também um conjunto de ideologias e sistemas que tem por objetivo dar sustentação aos vários setores em luta.

Comte assumiu de forma clara e objetiva sua posição frente ao contexto e aos embates de sua época. Bergo (1983) afirma que ele toma partido da parcela mais conservadora da burguesia, que não só buscava a manutenção do capitalismo, como também o aniquilamento de toda e qualquer forma de subversão a ele.

Desse modo, toda a proposta filosófica de Comte, sua proposta de reforma das ciências e da sociedade, baseia-se nesta finalidade e está genialmente articulada a ela. Sendo assim, a principal reflexão de Comte, aquela sob a qual se ergue toda a sua teoria é a ideia de que tudo o que conhecemos e desconhecemos está submetido a leis naturais, invariáveis e imutáveis (COMTE, 1996).

O sistema teórico desenvolvido por Comte é composto por uma proposta de religião, por uma concepção de ciência, por determinadas crenças políticas e por uma concepção de história. Todas estas partes que compõem a teoria positivista de Comte estão interligadas e,

para compreender o positivismo é preciso compreender estas partes como um sistema unitário.

Primeiramente, faz-se necessário explicitar qual a concepção de história de Comte. Essa concepção baseia-se na tese de que o desenvolvimento e a evolução humana (individual e coletiva) pautam-se na lei fundamental dos três estados ou estágios: o teológico, o metafísico e o positivo. Sobre isso, Comte (1996, p. 22) afirma:

[...] creio ter descoberto uma grande lei fundamental, a que se sujeita por uma necessidade invariável, e que me parece poder ser solidamente estabelecida [...]. Essa lei consiste em que cada uma de nossas concepções principais, cada ramo de nossos conhecimentos, passa sucessivamente por três estados históricos diferentes: estado teológico ou fictício, estado metafísico ou abstrato, estado científico ou positivo.

Comte associa os três estados que caracterizam a evolução humana a métodos de filosofar e ao que ele chama de espírito humano. Isso revela que, para Comte, a evolução humana caracteriza-se pela evolução da moral e do conhecimento. Ele confere o estatuto de prioridade à subjetividade, ou seja, à consciência, pois, para ele as mudanças necessárias à humanidade são mudanças morais e não mudanças materiais, objetivas. Nessa perspectiva, as mudanças que levaram a humanidade a elevar-se de um estado inferior para um superior foram sempre mudanças no âmbito do espírito, da moral e da subjetividade.

De acordo com Comte (1996), o estado teológico é o ponto de partida, o metafísico serve unicamente de transição e o positivo é o estado fixo e definitivo. Ele explica que, no **estado teológico**, o espírito humano busca entender a origem e as causas íntimas dos seres. Nesse estado, entende-se que, tudo no mundo é produzido pela ação de seres sobrenaturais. Já no **estado metafísico**, que é apenas uma simples modificação geral do primeiro estado, aqueles agentes sobrenaturais são substituídos por forças abstratas, entidades inerentes aos diversos seres do mundo. Essas entidades são capazes de criar todos os fenômenos observados, existindo, para cada um, uma entidade correspondente. Por fim, tem-se o **estado positivo**, onde o espírito humano reconhece que é impossível obter noções absolutas, conhecer a origem e o destino do universo e, também, é impossível compreender as causas íntimas dos fenômenos.

Na concepção positivista, o estado positivo é o mais alto patamar que os indivíduos e a humanidade como um todo podem alcançar. Esse estado é o que há de melhor para a humanidade, ou seja, é o que levará a humanidade ao mais alto nível de desenvolvimento. Dessa forma, Comte revela ter uma concepção linear e predeterminada da história, na qual a humanidade passa por diferentes estágios evolutivos pré-determinados, que surgem por meio da superposição e do aperfeiçoamento, mas nunca de rupturas ou revoluções. No texto *Discurso sobre o espírito positivo*, Comte deixa isso claro:

O espírito positivo, em virtude de sua natureza eminentemente relativa, é o único a poder representar convenientemente todas as grandes épocas históricas, como tantas fases determinadas duma mesma evolução fundamental, onde cada uma resulta da precedente e prepara a seguinte, segundo leis invariáveis que fixam sua participação especial na progressão comum (COMTE, 1978, p. 71).

Para Comte, a história é um conjunto de fases imóveis, fechadas em si mesmas, que evoluem e se substituem continuamente, levando o homem ao último estágio, onde ele irá adquirir o espírito positivo. No entanto, para que essa elevação ao espírito positivo seja possível é preciso obter uma harmonia social que, segundo o positivismo, pode ser conquistada através da ordem, que é condição para o progresso. Nesse sentido, Comte (1978, p. 69) afirma que, “Para a nova filosofia a ordem constitui sem cessar a condição fundamental do progresso e, reciprocamente, o progresso vem a ser a principal meta da ordem”. Nessa perspectiva, sendo a história um desenrolar de fases imóveis e imutáveis, não cabe ao homem o papel de construir a história.

Esses princípios de ordem e progresso não influenciam apenas a concepção de história de Comte, mas também sua concepção de ciência. Na perspectiva positivista, o conhecimento no estágio positivo deve buscar a compreensão sobre a ordem natural das coisas, para poder utilizá-la em seu benefício. Assim, já está definido previamente o que é possível conhecer, qual o método para se conhecer e a natureza do que se pretende conhecer. Para o positivismo, os fatos e fenômenos são exatamente aquilo que vemos, quer dizer, as formas como eles se apresentam correspondem a sua essência. Portanto, para Comte, essência e aparência são a mesma coisa.

Comte (1978) ressalta que, apenas são reais aqueles conhecimentos que repousam sobre fatos observados. Essa ideia fundamental, segundo ele, é incontestável. Nas palavras do

filósofo, a: “[...] verdadeira observação, [é] única base possível de conhecimentos verdadeiramente acessíveis, sabiamente adaptados as nossas necessidades reais” (COMTE, 1978, p. 48).

O conhecimento científico, na concepção positivista, é produzido através da observação dos fatos e das relações entre os fatos ou de sua associação com hipóteses que o ser humano é capaz de fazer por meio de seu raciocínio. Para Comte, esse conhecimento não se limita a simples acumulação de fatos observados, pois também exige o trato com os fatos observados, por meio do raciocínio. Esse é o único caminho para conhecer a realidade, pois, segundo Comte (1978, p. 48-49):

[...] a virilidade de nossa inteligência, consiste essencialmente em substituir em toda parte a inacessível determinação das causas propriamente ditas pela simples pesquisa das leis, isto é, relações constantes que existem entre os fenômenos observados. Quer se trate dos menores quer dos mais sublimes efeitos, do choque ou da gravidade, do pensamento ou da moralidade, deles só podemos conhecer as diversas ligações mútuas próprias à sua realização, sem nunca penetrar no mistério de sua produção.

Nesse sentido, o Positivismo desautoriza a busca pelo conhecimento sobre as causas e a origem das coisas, pois, se as leis são invariáveis e imutáveis, não interessa conhecer sua essência. Segundo Comte (1978, p. 49): “Nossas pesquisas positivas devem essencialmente reduzir-se, em todos os gêneros, à apreciação sistemática daquilo que é, renunciando a descobrir sua primeira origem e seu destino final”.

Contudo, este filósofo ressalta a importância de se conhecer essas leis, mesmo elas sendo imutáveis, pois elas permitem prever fenômenos. Segundo Comte (1978, p. 50), “[...] o verdadeiro espírito positivo consiste sobretudo em ver para prever, em estudar o que é, a fim de concluir disso o que será, segundo o dogma geral da invariabilidade das leis naturais”.

Nesse trecho pode-se observar que, para Comte, o papel do ser humano no processo de construção do real não existe. À humanidade é delegado um papel passivo diante da organização da vida e da sociedade, pois, ao homem é apenas permitido conhecer as leis que o dominam.

Ademais, existe outro aspecto de suma importância na caracterização do Positivismo: o relativismo do conhecimento. Afirma-se que o conhecimento científico positivo não admite

dúvidas, pois “[...] tudo o que é positivo, isto é, fundado em fatos bem constatados, é certo – não há distinção a esse respeito” (COMTE, 1978, p. 35-36). No entanto, para Comte, o conhecimento é também relativo, porque a capacidade humana de conhecer é limitada, por conta dos limites do seu aparato sensorial. Assim, somos incapazes de perceber e observar tudo. Essa compreensão de que o conhecimento científico positivo é relativo gera algumas consequências na compreensão da realidade, pois, como ressalta Andery (1988, p. 390):

[...] o reconhecimento de que o conhecimento científico é relativo às necessidades é o que permite a Comte retirar do conjunto do conhecimento científico os resultados que lhe parecem incompatíveis com aquilo que ele acredita ser a ordem da natureza que tais conhecimentos deveriam expressar.

Para o positivismo, nem todo o conhecimento ou fato/fenômeno observado é válido, pois o único conhecimento válido é aquele que está de acordo com a maneira positivista de compreender e explicar a realidade.

Baseando-se na noção de ordem e imutabilidade das leis que regem os fenômenos, Comte propõe uma classificação para as ciências. Segundo ele, o estudo da natureza serve de base racional à ação sobre ela. Portanto, existem as ciências que tratam do estudo da natureza e descoberta de suas leis (ciências abstratas) e as ciências que tratam da aplicação prática desses estudos (ciências concretas). Afirma-se que as primeiras são as mais importantes e fundamentais e, acerca das quais devemos nos ater mais (COMTE, 1978).

Observa-se que, até mesmo essa forma de organizar e classificar as ciências revela a concepção de ser humano, mundo e história de Comte e do positivismo, pois, como explica Andery (1988, p. 393):

Esta ordenação constitui-se, para Comte, numa hierarquia rígida e que tem uma só direção, não havendo a possibilidade de que os fenômenos mais particulares, como, por exemplo, os fenômenos químicos, exerçam qualquer influência sobre fenômenos mais gerais, como, por exemplo, os fenômenos físicos.

Com isso, Comte busca fundamentar a sua ideia de que os fenômenos mais fundamentais são imutáveis e nenhuma ação ou fenômeno secundário pode modificar sua ordem e suas leis. Comte (1978, p. 35) ressalta que:

[...] quanto mais os fenômenos são gerais, simples e abstratos, menos dependem dos outros, mais ainda os conhecimentos que a eles se dirigem podem ser precisos, ao mesmo tempo que sua coordenação pode ser mais completa. [...] na física inorgânica, os fenômenos celestes, tendo em vista sua maior generalidade e sua independência em relação a todos os outros, deram lugar a uma ciência muito mais precisa e muito mais amalgamada do que a dos fenômenos terrestres.

Ao definir a classificação das ciências, Comte passa a discutir o método que estas devem utilizar para realizar seus estudos. Segundo o filósofo, todas as ciências devem se utilizar de um único método, o método da filosofia positiva. Para Comte (1978, p. 20) “A única unidade indispensável é a unidade do método”.

No entanto, Comte não propõe que todas as ciências utilizem os mesmos procedimentos de investigação, na verdade a unidade do método para ele está relacionada à aplicação da filosofia positiva a todos os campos do conhecimento. Com isso, ele quer dizer que, todas as ciências devem aplicar os procedimentos da filosofia positiva para descobrir as leis invariáveis que regem os fenômenos. Isso deve ser feito a partir dos fatos e do raciocínio, que permitem relacioná-los segundo estas leis.

Nesse sentido, dentre todas as ciências que Comte apresenta, existe uma sob a qual é conferida maior atenção, trata-se da ciência que ele intitula de física social ou sociologia. Para ele, esta deveria ser a ciência que se ocupa de entender e explicar as leis que regem a sociedade, sendo a única lacuna que resta ser preenchida para concretizar a filosofia positiva. Bergo (1983, p. 54) aponta que, “A sociologia torna a filosofia positiva completa, pondo todos os elementos da civilização em conexão, tendo por base a realidade, ao estabelecer uma teoria racional para melhor dirigir o espírito humano”.

Nessa perspectiva, as leis que regem os fenômenos da biologia e da física, por exemplo, são da mesma natureza das leis que regem a física social. Além disso, para ele as leis da física social não são extensão de outras ciências relacionadas a ela. Os fenômenos dessa ciência são regidos por leis próprias (imutáveis) e fechadas em si mesmas, como evidencia Comte (1978, p. 33): “Assim, a física social deve fundar-se num corpo de observações diretas que lhe seja próprio, atentando, como convém, para sua íntima relação necessária com a fisiologia propriamente dita”.

Com isso, para o Positivismo, existe uma estrutura social, básica e essencial para o desenvolvimento do espírito humano e consolidação da ordem e do progresso, que vai se aperfeiçoando na passagem entre os estágios de desenvolvimento. Essa estrutura é composta, segundo Bergo (1983), pela família, a cidade ou a pátria e a igreja. Andery (1988) ainda ressalta outros elementos dessa estrutura básica, que complementam os anteriores: a propriedade, a linguagem, a relação do poder espiritual e do poder temporal.

Comte afirma que, é preciso criar condições para que os elementos da estrutura da sociedade se mantenham. Estas condições baseiam-se em dois aspectos: educação universal, para que os homens aprendam que as leis que regem a vida são imutáveis e invariáveis, e trabalho para todos, para garantir que cada indivíduo cumpra sua função social. Nas palavras de Comte (1978, p. 85-86):

Trata-se, com efeito, de assegurar convenientemente a todos, primeiro, uma educação normal, depois o trabalho regular. Tal é, no fundo, o verdadeiro programa social dos proletários. Não pode mais existir verdadeira popularidade a não ser para uma política que tenda necessariamente para esse duplo destino.

Além disso, Comte ressalta que, o único poder que a classe trabalhadora pode aspirar é o poder espiritual, de conhecer as leis naturais e seus fenômenos. É por conta dessa e outras noções desenvolvidas por Comte, que Tonet (2013a) afirma que, a teoria positivista está colocada no campo da centralidade na subjetividade, pois, para Comte a prioridade social está nas mudanças morais e subjetivas.

É importante ressaltar que, Comte deve ser reconhecido pela sua eficiência em criar uma estrutura de ideias e noções magistralmente interligadas a seus princípios, os princípios positivistas. Por esse feito, Comte é considerado um dos grandes representantes da burguesia no século XIX, burguesia essa que havia abandonado sua roupagem revolucionária e libertária, assumindo seu atual papel reacionário.

2. MATERIALISMO-HISTÓRICO: UMA ABORDAGEM INTRODUTÓRIA

O Materialismo-Histórico, quando comparado a outras abordagens, caracteriza-se como uma concepção radicalmente diferente de conceber a realidade. Independentemente de como essa abordagem é caracterizada, se de vertente teórico-filosófica, teoria econômica,

método científico, etc., o seu mérito principal é ser a instauradora de uma forma totalmente nova de análise e compreensão da realidade, voltada aos interesses da classe trabalhadora e da revolução socialista.

O principal responsável pela elaboração e sistematização desse novo padrão científico foi Karl Marx com vantajosas contribuições de seu amigo Friedrich Engels. Marx, nascido em 5 de maio de 1818 na cidade de Tréves no sul da Prússia Renana (situada hoje na Alemanha Ocidental) era filho de um advogado e de uma dona de casa. Estudou direito, história, filosofia, arte e literatura na Universidade de Bonn durante 1835 e 1836, e em 1841 defendeu sua tese de doutorado na Universidade de Iena. Marx dedicou toda a sua vida aos estudos, buscando desvendar os mistérios do funcionamento da sociedade capitalista (KONDER, 1981).

No prefácio de *Para a Crítica da Economia Política*, Marx (1978) relata um pouco de sua trajetória e destaca os acontecimentos da década de 1840, que o levaram a ocupar-se principalmente dos estudos sobre as questões econômicas, tais como: a deliberação do Parlamento renano sobre o roubo de madeira e parcelamento da propriedade fundiária; a situação dos camponeses do vale do Mosela; os debates sobre o livre-comércio e; as discussões sobre o socialismo francês. Ele afirma que, em 1842 e 1843, como redator da Gazeta Renana, se viu em apuros por ter que tomar parte nessas discussões, pois, nesse período, não se considerava totalmente preparado para isso. A partir desse episódio, Marx intensificou seus estudos e começou a elaborar o que mais tarde se consolidaria como a sua concepção filosófica.

Marx era um grande conhecedor dos clássicos e dos contemporâneos de sua época. Ele estudava sistematicamente o que havia de mais desenvolvido nos campos da filosofia, da economia, da política, da literatura, etc., e, nesse movimento de busca da compreensão da realidade, foi construindo seus pressupostos.

Para compreender melhor estas questões, recorreremos à análise de Tonet (2013a) sobre o curso histórico das principais abordagens à problemática do conhecimento. De acordo com o autor, existiram três principais reflexões ou formas de abordagem sistematizadas sobre a problemática do conhecimento na história da humanidade. Essas abordagens intitulam-se padrão greco-medieval, padrão moderno e padrão marxiano. Ele aponta que cada padrão corresponde a um contexto histórico e social diferente, assim como a um projeto histórico também diferente.

Grosso modo, o padrão greco-medieval caracteriza-se pela centralidade na objetividade, ou seja, trata-se de uma abordagem materialista do conhecimento. Por outro lado, o padrão moderno caracteriza-se pela centralidade na subjetividade, ou seja, trata-se de uma abordagem idealista do conhecimento². De acordo com Tonet (2013a), esses padrões tratam a realidade e a problemática do conhecimento de forma unilateral. É por esse motivo que, o autor ressalta que o padrão marxiano é radicalmente superior, pois ele supera essa unilateralidade ao compreender a realidade como uma unidade indissolúvel entre subjetividade e objetividade.

Nesse sentido, para Marx a realidade não é puramente um produto da objetividade nem simplesmente um produto da subjetividade. Para ele, a realidade é um produto da união indissolúvel entre estes dois elementos, ou seja, é resultado da práxis social. Sobre isso, Tonet (2013a, p. 78) destaca:

Marx constata que materialismo e idealismo, as duas grandes concepções acerca da realidade, têm uma lacuna fundamental. Ambas reduzem a realidade a determinados elementos, que certamente a integram, mas que são tomados abstratamente. Para o materialismo, a realidade é vista apenas como algo exterior ao homem, como algo despido de subjetividade. Para o idealismo, ao contrário, a verdadeira realidade é a realidade da ideia, do espírito. Ambos foram incapazes de identificar o princípio que confere unidade a estes dois momentos. Para Marx, este princípio é a práxis, a “atividade humana sensível”, a “atividade real, sensível”.

Marx dedicou boa parte de seu tempo à análise crítica das concepções materialista e idealista e registrou essa análise em um livro que escreveu em parceria com Engels: *A Ideologia Alemã*. Neste livro, Marx e Engels (2009, p. 117-118, grifos do autor) fizeram duras críticas a Feuerbach, um dos representantes do materialismo:

O principal defeito de todo o materialismo até aqui (inclusive o de Feuerbach) é que o objeto, a realidade, a sensibilidade, só são apreendidos sob a forma de *objeto* ou de *intuição*, mas não como *atividade humana sensível*, como *práxis*, não subjetivamente. Por essa razão, o aspecto *ativo* foi desenvolvido em oposição ao materialismo, pelo idealismo – mas só abstratamente, uma vez que o idealismo naturalmente não conhece a atividade real, sensível, como tal.

²Essa é uma explicação sucinta de uma questão complexa. Por isso, sugerimos que o leitor recorra à obra “*Método Científico: uma abordagem ontológica*” de Tonet (2013).

Constata-se que, para Marx, a realidade e a história não são um constructo meramente subjetivo nem meramente objetivo. Para ele, a história humana é um constructo dos homens em sociedade, construído a partir da práxis social.

Outro aspecto diferencia Marx dos materialistas e dos idealistas. Para ele, o momento determinante ou fundamental da realidade é a objetividade, mas não da forma como tratam os materialistas. Marx (1978, p. 329) explica que o momento determinante é da objetividade, pois, apesar de os seres humanos fazerem a sua história, eles “[...] não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos”.

Dessa forma, os seres sociais não constroem aquilo que planejam idealmente de forma arbitrária, ou seja, nas condições escolhidas por eles sem a necessidade de levar em consideração uma materialidade pré-existente (objetividade). Cada geração encontra prontas as condições objetivas que constituem a realidade, condições que são produto da ação histórica das gerações anteriores. Assim, são os homens que constroem a realidade, mas a partir das condições historicamente postas por seus antepassados.

Essas reflexões são a base para a compreensão de todo o constructo teórico de Marx, sua concepção de história, ser social, sociedade e de ciência. No excerto a seguir, Marx (1978, p. 129-130) ressalta que, foram essas reflexões que conduziram seus estudos:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência.

Essas reflexões têm relação direta com a compreensão de Marx sobre ciência e sobre método de pesquisa. No entanto, Marx nunca se dedicou a escrever uma obra que discutisse única e exclusivamente essas temáticas. Porém, essas questões perpassam todas as discussões realizadas por ele, ao passo que, é preciso buscar essas respostas nas entrelinhas, compreendendo seu pensamento como um todo.

No prefácio de sua principal obra, *O Capital*, pode-se captar algumas das mais importantes reflexões do autor sobre essas temáticas. Em síntese, Marx afirma que, “Não há entrada já aberta para a ciência e só aqueles que não temem a fadiga de galgar suas escarpas abruptas é que tem a chance de chegar a seus cimos luminosos” (MARX, 1983, p. 23). Para ele, a ciência trata da produção do conhecimento teórico que busca apreender a realidade, por isso, Marx aponta que uma pesquisa deve ter a função de:

[...] captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção a priori (MARX, 1983, p. 20).

De acordo com Netto (2011), ao longo dos anos surgiram diversas interpretações equivocadas acerca da concepção teórico-metodológica de Marx. Por isso, ele aponta que, é extremamente importante esclarecer algumas questões sobre o pensamento deste autor, tais como o significado de conhecimento teórico e da teoria para ele. Para Marx:

[...] o conhecimento teórico é o *conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo*, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. *A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa*: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto (NETTO, 2011, p. 20, grifos do autor).

Acrescenta-se também que, para Marx, a realidade tem leis e movimentos (que são históricas e sociais) que independem da consciência do ser humano. Então, mesmo que ele as desconheça ou que não acredite nelas, elas continuarão existindo. Para Marx, a consciência

ISSN 1984-3879, SABERES, Natal RN, v. 1, n. 15, Maio, 2017, 257-278.

que o pesquisador tem ou não sobre o objeto estudado não determinará o que é este objeto. Portanto, o pesquisador deve estudar o seu objeto buscando captar a sua essência, independentemente de suas aspirações e desejos, estudá-lo como ele é e como ele se apresenta na realidade objetiva (NETTO, 2011).

Marx busca demonstrar o quão difícil é captar a realidade, pois, para isso não basta investigar apenas suas formas de manifestação, sua aparência fenomênica. Para captar a realidade é preciso compreender suas nuances, sua gênese, suas múltiplas determinações, seu desenvolvimento e sua atualidade, ou seja, tudo aquilo que não está visível a priori e, por isso, necessita ser investigado. Sobre isso:

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento (MARX, 1978, p. 116).

Segundo Tonet (2013a), Marx se volta ao mundo para tomá-lo em sua totalidade com base em sua raiz, em sua gênese. No entanto, compreender o mundo em sua totalidade, para Marx, não é simplesmente realizar a soma das partes que o compõem. Pelo contrário, é partir da dimensão que funda o ser social, a sua dimensão determinante: o trabalho. Para Marx, o trabalho essa é a base de todo o mundo sensível existente.

Assim, na perspectiva marxiana, toda e qualquer análise ou pesquisa que se faça deve ter em mente a categoria trabalho e seu significado. Porém, para evitar compreensões mecanicistas ou deterministas advindas dessa afirmação é preciso compreender que, entre as dimensões do ser social, existe uma relação de dependência ontológica e autonomia relativa em relação ao trabalho. Sobre isso, Tonet (2013b, p. 05) afirma:

[...] o trabalho é o fundamento ontológico do ser social. E que todas as outras dimensões sociais – a exemplo da política, do direito, da ciência, da arte, etc. – mantém com ele uma relação de dependência *ontológica* e de autonomia relativa. Ao trabalho, pois, pertence este caráter matrizador que nenhuma das outras dimensões pode assumir. Quanto às outras dimensões, embora se originem a partir do trabalho,

sua natureza e legalidade específicas mostram que elas não são uma expressão direta e mecânica dele. Deste modo, na dinâmica social, sempre temos uma determinação recíproca tanto entre trabalho e outras dimensões como entre estas mesmas (grifos do autor).

Marx buscou compreender a questão do conhecimento tomando como ponto de partida o ato que funda o ser social. Para ele, o conhecimento não é uma categoria isolada e independente, pois ele é uma parte essencial do ato que dá origem ao ser social. Por isso, a questão do saber não é meramente uma questão teórica, mas prática, pois compõe a categoria da práxis. Assim, não existe teoria descolada da prática, pois, até mesmo as teorias mais absurdas, construídas pelo homem, são produto do processo de vida material. Marx (2009, p. 52) afirma que, no processo de compreensão da realidade, deve-se partir dos seres humanos em sua atividade real e destaca:

[...] não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, nem do que são nas palavras, no pensamento, imaginação e representação dos outros para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se, sim, dos homens em sua atividade real, e, a partir de seu processo na vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo vital. E mesmo as formulações nebulosas do cérebro dos homens são sublimações necessárias do seu processo de vida material.

Desse modo, se para Marx é preciso partir dos homens em sua atividade real e, se essa atividade real ou processo de vida real entre os homens baseia-se em um modo de produção que os divide em classes sociais opostas, então se faz necessário considerar a composição e interesses dessas classes e sua influência no processo do conhecimento.

De acordo com Tonet (2013a), a perspectiva da classe trabalhadora/revolucionária é também, na concepção marxiana, um elemento essencial, pois é a ela que interessa conhecer a realidade como ela é para poder transformá-la. O proletariado necessita de um tipo de cientificidade radicalmente diferente, pois é dele a função de transformar o mundo, mas, para isso, ele precisa de um conhecimento que fundamente esta ação. Assim, para a concepção materialista-histórica, não existe neutralidade no conhecimento, pois a perspectiva de classe é um pressuposto essencial neste processo. Tonet (2013a, p. 67) afirma que a classe trabalhadora:

[...] necessita, para poder ter acesso à riqueza que ela mesma cria e da qual é expropriada, superar completamente toda exploração do homem pelo homem. Para isso, porém, ela demanda uma explicação acerca da origem do ser social, da natureza do processo histórico e da desigualdade social. Essa explicação é necessária para que possa ser radicalmente fundamentada a possibilidade de uma transformação radical da sociedade e a total superação da exploração do homem pelo homem.

Na citação a seguir, Marx (2003, p. 49, grifo do autor) esclarece os motivos pelos quais ele considera que o proletariado é a classe revolucionária e porque é dele a função de transformar radicalmente o mundo:

Porque a abstração de toda a humanidade, até mesmo da *aparência* da humanidade, praticamente já é completa entre o proletariado instruído; porque nas condições de vida do proletariado estão resumidas as condições de vida da sociedade de hoje, agudizadas do modo mais desumano; porque o homem se perdeu a si mesmo no proletariado, mas ao mesmo tempo ganhou com isso não apenas a consciência teórica dessa perda, como também, sob a ação de uma penúria absolutamente imperiosa – a expressão prática da *necessidade* –, que já não pode mais ser evitada nem embelezada, foi obrigado à revolta contra essas desumanidades; por causa disso o proletariado pode e deve libertar-se a si mesmo. Mas, ele não pode libertar-se a si mesmo sem supra-sumir suas próprias condições de vida. Ele não pode supra-sumir *suas* próprias condições de vida sem supra sumir todas as condições de vida desumana da sociedade atual, que se resumem em sua própria condição.

No que tange a questão da neutralidade científica, tem-se a impressão de que, se o sujeito que pesquisa não for neutro ele não poderá se apropriar do objeto em sua integralidade. No entanto, esse pensamento é produto de uma confusão existente entre objetividade e neutralidade. Na perspectiva marxiana, “[...] Ser objetivo é capturar a lógica própria do objeto. Ser neutro é não tomar partido, isto é, não permitir que julgamentos de valor interfiram na produção do conhecimento” (TONET, 2013, p. 109).

Portanto, não é a neutralidade que garante a veracidade do conhecimento, muito pelo contrário: “[...] Por paradoxal que seja, é a postura de neutralidade que impede a apropriação integral do objeto” (TONET, 2013, p. 110), pois, a existência da neutralidade implica que o indivíduo é o sujeito único do conhecimento e que as classes sociais não são esse sujeito.

Esquece-se que esse indivíduo é produto das relações sociais, formadas por classes e interesses sociais distintos.

Assim, na perspectiva marxiana, a tomada de partido não é um obstáculo ao conhecimento científico da realidade, pelo contrário, ela é uma condição imprescindível para a elaboração do conhecimento científico. Segundo Tonet (2013a), é a perspectiva da classe trabalhadora que permitiu a apreensão do conhecimento verdadeiro da realidade, porque é dela a intenção de desvendar essa realidade para transformar sua essência. Sobre isso, Tonet (2013a, p. 111) ressalta:

[...] na sociedade atual, é a perspectiva posta pela classe proletária que exige um conhecimento mais profundo da realidade. Vale, porém, repetir: uma coisa é a exigência, outra a efetivação. Esta ainda depende da intervenção e das qualidades do sujeito. O fato de assumir a perspectiva da classe que precisa mais intensamente da verdade, não é garantir, de modo nenhum, de que o pensador alcance, efetivamente, a verdade.

Desse modo, as reflexões desenvolvidas por Marx acerca da natureza do ser social e da realidade, apresentadas brevemente neste texto, influenciam diretamente seu entendimento sobre ciência ou produção do conhecimento. Ressalta-se que, Marx não escreveu uma receita, com os passos e elementos necessários para produzir o conhecimento científico, e existem claros motivos para isso.

Como já afirmado anteriormente, na perspectiva marxiana, a prioridade ontológica está na realidade objetiva. Isso quer dizer que, se a prioridade é da realidade objetiva e não da subjetividade, do objeto e não do sujeito, então [...] “Não será o método, elaborado prévia e autonomamente pelo sujeito, que irá prescrever como se deve proceder. Pelo contrário, será a realidade objetiva (o objeto), no seu modo próprio de ser, que indicará quais devem ser os procedimentos metodológicos” (TONET, 2013, p. 112).

Dessa forma, Marx não definiu um conjunto de procedimentos para a compreensão da realidade, pois, se para ele a prioridade ontológica é do objeto, então é este último que deverá indicar os procedimentos a serem seguidos em uma pesquisa. Portanto, se conhecer é transformar em conhecido um objeto desconhecido, então como saberíamos o caminho que deve ser seguido se o objeto que deve indicar o caminho ainda é desconhecido? Simplesmente

não saberíamos, pois, para Marx, não existe um caminho metodológico prévio e exterior ao objeto no qual o objeto deve se encaixar.

Por sua vez, o fato de Marx não ter construído um método para a compreensão da realidade, não anula o fato de ele ter elaborado um conjunto de pressupostos que podem e devem nortear qualquer pesquisa que se pretenda marxista. Esses pressupostos não se caracterizam como um método, pois na verdade são descobertas de Marx sobre o funcionamento da sociedade, suas leis e movimentos. Esses pressupostos facilitam a compreensão da realidade e do objeto que se busca conhecer, pois revelam quais as leis e os determinantes sociais, ou seja, qual a base social na qual ele está inserido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, o que não se pode perder de vista, ao buscar a compreensão dessas duas abordagens sobre a problemática do conhecimento, é o fato de que elas estão em oposição, pois representam classes sociais fundamentais opostas. A construção e elaboração teórica de Comte e de Marx representam classes sociais distintas e antagônicas e, portanto, projetos históricos também distintos e antagônicos. Independentemente de quais eram as intenções pessoais de Marx e de Comte, suas teorias adquiriram uma determinada função social e representam um determinado momento histórico. Ao tratar destas concepções, é preciso localizá-las no seu contexto histórico em que elas estão inseridas. Ambas estas concepções continuam sendo atuais, pois, refletem uma realidade que não se modificou fundamentalmente, a realidade que divide a sociedade em classes sociais fundamentais à reprodução do modo de produção capitalista.

Observou-se que, para Comte a realidade social é constituída por leis que se assemelham e funcionam da mesma forma que as leis da natureza. Para ele, essas leis são imutáveis e invariáveis, ou seja, o homem pode conhecê-las, mas nunca modificá-las em sua essência. Marx também afirma que a realidade social é composta por leis, mas para ele essas leis são históricas e sociais, ou seja, são construídas pelos homens ao longo de sua história e podem ser modificadas por eles. Para Comte, não se faz necessário conhecer a essência das coisas, pois esta é imutável. Por outro lado, para Marx, é preciso conhecer a essência das coisas para modificá-las radicalmente. Para Comte, os homens devem aceitar as leis naturais sob as quais funciona a sociedade, aceitar seu papel na sociedade e manter a coesão social.

Para Marx, os trabalhadores, explorados e exauridos, devem colocar abaixo a atual estrutura social e construir uma radicalmente nova e superior. Para Comte, o capitalismo é a organização social mais desenvolvida que os homens podem alcançar. Mas, para Marx o capitalismo é uma organização que aprisiona a humanidade na pré-história, pois para ele a história realmente humana, voltada aos interesses humanos, só terá início com a superação desta sociedade.

Como Tonet (2013a) evidenciou, o conhecimento é um instrumento de intervenção social e por isso ele é tão importante. Por isso, interessa a classe dominante produzir um conhecimento que busque intervir na realidade de modo a conservá-la e interessa a classe dominada produzir um conhecimento que fundamente a possibilidade de revolução e superação desta sociedade. Assim, pode-se observar claramente, no decorrer da apresentação dos pressupostos de ambas as teorias, os elementos que evidenciam sua posição no interior do embate entre as classes sociais.

REFERÊNCIAS:

- ANDERY, Maria. A., MICHELETTO, Nilza, SÉRIO, Tereza. M. P., et al. **Para Compreender a Ciência**. Espaço e Tempo: Rio de Janeiro. 3ª ed., 1988.
- BERGO, Antonio. C. **O positivismo: caracteres e influência no Brasil**. *Reflexão*, Campinas, ano VIII, n. 25, p. 47-97, jan./abr., 1983.
- COMTE, August. **Os Pensadores: Auguste Comte**. Nova Cultural: São Paulo-SP, 1996.
- COMTE, August. **Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista**. São Paulo: Abril Cultura, 1978.
- KONDER, Leandro. **Marx: vida e obra**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- LUKÁCS, Georgy. IL Trabalho. In: *Per una Ontologia dell' Essere Sociale*. Tradução Ivo Tonet – Universidade Federal de Alagoas, s/d.
- MARX, Karl H. **Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARX, Karl H.. ENGELES, Friedrich. **A Ideologia Alemã: Feurbach, a oposição entre as concepções materialista e idealista**. 3ª edição, Editora Martins Claret, 2009.

MARX, Karl H. **O Capital: crítica da economia política**. Livro Primeiro (o processo de produção do capital). São Paulo: Abril Cultural. Vol. I, 1983.

MARX, Karl H. **A Sagrada Família**. São Paulo: Boitempo, 2003.

NETTO, José. P. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TONET, Ivo. **Método Científico: uma abordagem ontológica**. Instituto Lukács, 2013a.

TONET, Ivo. [A Educação Numa Encruzilhada](#). **IN: Educação contra o capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013b.